

O LAGO IGAPÓ EM LONDRINA-PR: UMA LEITURA DAS DIFERENTES FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE

Carlos Bortolo

Geógrafo pela FCT/UNESP, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL

bortologeo@yahoo.com.br

RESUMO: O trabalho apresenta algumas idéias e elementos para refletir acerca da produção do espaço da cidade. Nosso interesse maior em conhecer e estudar aspectos relevantes sobre a cidade se deriva do fato de ser um lugar onde está à maior parcela da população, também sendo evidenciado os maiores números de investimentos de capital, além de ser o principal espaço onde ocorrem os conflitos sociais. *A priori* devemos trabalhar com a reflexão sobre a natureza do espaço. Sendo este espaço um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. As discussões aqui apresentadas se relacionam com a produção dos espaços da cidade, aquela da produção e reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço e seus principais agentes produtores. Observando também a cidade como um produto/mercadoria para compreender como se processa as inúmeras formas de valorização do solo urbano. E como exemplo da produção do espaço urbano trazemos o Lago Igapó em Londrina-PR que se apresenta como uma área de lazer e que os espaços em seu entorno encontram-se valorizados devido as diversas formas de produção, ocupação e apropriação do espaço do lago e suas adjacências. Além disso, abordaremos como ocorre a ocupação das áreas e quais os principais processos de valorização encontrados pelas novas formas de morar na produção de loteamentos e condomínios, sejam eles horizontais ou verticais, nesta área da cidade de Londrina-PR.

Palavras-chave: Produção do espaço. Agentes produtores. Igapó. Londrina.

THE “LAGO IGAPÓ” IN LONDRINA – PR: A READING OF THE DIFFERENT FORMS OF PRODUCING THE AREA OF THE CITY

ABSTRACT: The work presents some ideas and elements to reflect concerning the production of city spaces. Our bigger interest in knowing and studying relevant aspects on the city if drift of the fact of being a place where it is to the biggest parcel of the population, also being evidenced the biggest numbers of capital investments and more, this, is the main space where it occurs the social conflicts. *A priori* we must work with the reflection on the nature of the space. Being this space a system of artificial objects increasingly populated by systems of actions also steeped in artificiality, and increasingly designed for purposes other than the place and its inhabitants. The quarrels presented here relate to the production of city spaces, that the production and

reproduction of social relations in a given time and space and its main producers. Also observing the city as a product / commodity to understand how the process of valuing the many forms of urban land. And as an example of production of urban space bring “Lago Igapó” in Londrina-PR which presents itself as a leisure area and the spaces around them are valued because of the different forms of production, occupation and ownership of the area of “Lago Igapó” and its adjacencies. As the occupation of which the main and recovery processes encountered by new forms of housing in the production of lots, condominiums are they horizontal or vertical in this area of the city of Londrina-PR.

Key Words: Production of space, Agents producers, Igapó, Londrina.

1- INTRODUÇÃO

Ao empreendermos um recorte analítico e específico sobre a urbanização brasileira, podemos analisar diversas possibilidades de apropriação do espaço urbano, oriundas das diversas práticas socioespaciais e da produção do espaço urbano. Com a consolidação de determinadas práticas nas cidades brasileiras, evidenciam-se maneiras distintas, complementares e antagônicas de apropriação, resultantes e, ao mesmo tempo, influenciadas pelas relações de poder econômico, político, social e cultural.

Destarte, a produção do espaço não deve ser somente entendida pela maneira como as pessoas requerem e têm acesso a determinados equipamentos e serviços públicos, mas por uma gama de fatores e agentes que acabam por se materializar ou se ocultar na paisagem e no espaço urbano.

Devemos analisar o espaço público do Lago Igapó, que se apresenta à primeira vista como um exemplo diferenciado ou uma exceção à tendência de desvalorização dos espaços públicos, visto que se caracteriza por uso intenso e diversificado, quanto aos segmentos sociais e faixas etárias de seus freqüentadores, os horários de utilização desse espaço e as próprias atividades nele exercitadas. Podemos verificar ainda as diversas formas de apropriação, ocupação do uso do solo urbano no entorno desta área.

Propomos assim, uma leitura das dinâmicas socioespaciais de apropriação e dos usos do espaço, apoiando-nos no valor de uso, no valor de troca e também na teoria do uso do solo urbano, para entendermos as relações estabelecidas no Lago Igapó que implicariam em formas distintas de apropriação daquela porção da cidade por segmentos e agentes sociais distintos.

Com isso, empreendemos uma discussão sobre a natureza do espaço, a produção da cidade, essa produção e quais são os principais agentes produtores do espaço urbano. Para assim, compreender o Lago Igapó no contexto do espaço urbano de Londrina e suas diferentes formas de apropriação de seu entorno no espaço urbano junto a alguns empreendimentos imobiliários que são executados nesta área.

Temos desta maneira, possibilidades de compreender as práticas e os mecanismos que movem o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Londrina, tomando o recorte o Lago Igapó.

2- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA DO ESPAÇO

Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção [...] (SANTOS, 1988, p. 61).

Ao longo de sua existência o homem promoveu transformações no espaço geográfico, seja por habitá-lo, explorá-lo, ou até mesmo usá-lo para satisfazer suas necessidades mais urgentes, como caçar, fazer fogo, morar, etc. Para Santos (1988) uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço. A totalidade desse espaço é formada por instâncias ou estruturas (econômicas, jurídico-política e ideológica), e o espaço seria a quarta instância, colocando-se como uma estrutura subordinada e subordinante, um fator social e não apenas reflexo social.

Quando geógrafos escrevem que a sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transportes, os mesmos compreendem a relação, entre o espaço e o fenômeno técnico, sendo abrangente todas as manifestações das técnicas¹, incluídas as técnicas da própria ação (SANTOS, 1997).

A geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço

¹ É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada.

[...] Como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1978). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 1997, p. 38)

Uma possibilidade é a de trabalhar com outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais (SANTOS, 1988). Sendo esta configuração territorial dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens sempre impuseram a esses sistemas naturais. A configuração espacial tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é outra possibilidade de apreender o objeto da geografia (SANTOS, 1997, p. 39).

Com isso, o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo podíamos observar que era a natureza, formada por objetos naturais, que ao longo da história foram sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1997, p. 39).

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes (SANTOS, 1997).

Contudo, o capitalismo avançou com o processo de construção dos territórios, e acabou por impor um ritmo de produção, nunca antes visto nas sociedades. Tratando-se de território, Souza (1994) o entende como sendo [...] definido e delimitado por e a partir de relações de poder, um campo de força, uma teia de relações sociais a par de sua complexidade interna, definindo ao mesmo tempo um limite, uma alteridade. Dolfus (1978) inclui que o espaço geográfico é o espaço acessível² ao homem e por ele utilizado para sua existência, incluindo, por conseguinte a terra, o mar e os ares.

² O autor acima se posiciona na questão de que todo o espaço é acessível ao homem e que o homem pode utilizar tal espaço para sua existência. A idéia nos dias atuais pode ser rediscutida, haja vista, a desigualdade presente nas
Revista Percurso- NEMO
ISSN: 2177-3300 (on-line)

Carlos (1988) nos apresenta a seguinte observação acerca da responsabilidade da Geografia científica perante o espaço: o mundo atual nos traz novas questões e muitos desafios que a ciência deve tentar resolver. Cada momento do processo histórico da humanidade corresponde a um modo de fazer, de pensar, de sentir e de ensinar a geografia, como, de resto, a própria ciência.

Compreender o espaço geográfico é compreender um espaço localizável na superfície da terra, é definir suas coordenadas, suas altitudes, assim como seu sítio. Este também é um espaço diferenciado, seja pela sua localização e também pelo jogo de combinações que preside na sua evolução. Dolfus (1978) elenca ainda na questão da fisionomia da terra que está em perpétua transformação e que toda a paisagem que reflete uma porção do espaço ostenta as marcas do passado mais ou menos remoto, isto quer dizer que o espaço geográfico se acha impregnado de história (DOLFUS, 1978, p.11).

Com relação à ação humana, temos que entender que ela tende a transformar o meio natural em meio geográfico, isto é, em meio moldado pela intervenção do homem no decorrer da história (GEORGE, 1983).

A Geografia possui uma árdua tarefa: a de relacionar os diversos acontecimentos no campo das relações homem/natureza e ao mesmo tempo se preparar pelo porvir. Os agentes são muitos e os lugares são os mais variados possíveis, contudo, há, no espaço, as rugosidades³, conforme afirma Santos (1988).

Sendo a Geografia uma ciência social e, como toda ciência social, dedicada ao estudo da sociedade (SANTOS, 2002), a análise se assenta no campo científico mais propriamente concernente a essa ciência e às ciências parcelares dedicadas, em alguma medida, ao estudo da dimensão espacial da sociedade, ainda que reconheça a preponderância da ciência geográfica nas análises atinentes ao espaço social.

Ao longo dos anos muitas têm sido as tentativas de conceituações do espaço, levadas a cabo tanto pela Geografia quanto por outras ciências afins e mesmo pela Filosofia. Uma compreensão coerente do espaço traz em seu bojo a possibilidade de desvendar as contradições

diversas formas de se habitar o espaço urbano das cidades, como está presente nos inúmeros estudos dos processos de segregação socioespacial analisados por Villaça (1998), Souza (2005), Santos (1985).

³ Santos (1988) apresenta que o espaço geográfico está permeado de inúmeras culturas, características, elementos físicos do passado, juntamente com os elementos do presente, da modernidade. Esta mistura de elementos presentes na paisagem do espaço geográfico é considerada rugosidades.

inerentes ao ser e fazer sociais, já que está mais do que provada a importância que tem o espaço na reprodução da sociedade, como afirmam Santos (2002, 2006), Lefebvre (1973, 1976, 1999, 2000), Harvey (1980), Carlos (2001, 2004, 2007), Massey (2004) e Soja (1980), entre outros.

Em *La production de l'espace* (2000), o objetivo de Lefebvre é a busca de uma teoria espacial unitária que englobe os vários campos no âmbito dos quais o espaço tem sido tratado pelos diversos domínios científicos e pela Filosofia, sobretudo no Ocidente.

No que tange às práticas espaciais, para Corrêa (1995, p.35), elas são “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais”. Dentre as práticas espaciais⁴ apresentadas por este autor (1986), aqui algumas são elencadas, como a seletividade espacial, a fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial e a marginalização espacial.

Assim, o espaço socialmente produzido caracteriza-se, entre outros aspectos, pela diferenciação de suas formas, conteúdos, interações e práticas espaciais. Essa diferenciação do espaço é, em realidade, um reflexo e uma condição de e para as políticas públicas e empresariais, afirma Corrêa (2002). Essa diferenciação espacial é ainda uma característica que historicamente vem se redefinindo, tornando-se simultaneamente mais complexa, o que possibilita, de modo cada vez mais nítido, que o espaço apresenta diversas configurações.

É importante, pensar o espaço geográfico como uma categoria de suma importância para o entendimento da Geografia e interpretá-lo como “[...] resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem papel essencial”. Nesse percurso temos um espaço concreto a serviço do capital (SANTOS, 1990, p.88).

Devemos compreender como as formas espaciais que são dadas num determinado momento podem conter muitas vezes os reflexos do passado ou de outras formas espaciais que se transformaram e vêm se transformando, por via de um constante movimento que se estabelece pelo intermédio das ações do homem.

Assim, o espaço é o *locus* de uma determinada organização de objetos relacionados entre si. Em vista disto, podemos dizer que ele não existe só, isoladamente, no vazio. Existe na medida em que contém objetos e, ao mesmo tempo, é condição de existência deles.

⁴ Tal discussão é mais aprofundada no estudo de Correa (1986) em *Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território*, artigo publicado na IGEO/UFRJ.

3- A PRODUÇÃO DA CIDADE

Todas as coisas de que falo estão na cidade entre o Céu e a terra. São todas elas coisas perecíveis e eternas como teu riso, a palavra solidária, minha mão aberta...

Ferreira Gullar

Nosso interesse maior em conhecer e estudar aspectos relevantes sobre a cidade se deriva do fato de ser um lugar onde está a maior parcela da população, também sendo evidenciados os maiores números de investimentos de capital e o principal espaço onde ocorrem os conflitos sociais.

Para Corrêa (2002, p.06) “Uma das principais características do espaço urbano da cidade é que cada parte mantém relações espaciais com as demais áreas da cidade, com uma intensidade muito variável”. Essa ligação ocorre através do deslocamento de idéias, informação, pessoas.

Mas como entender o espaço da cidade? Beaujeu-Garnier (1997) discute o que seria a cidade para o geógrafo, compreendendo que

O geógrafo que inicia o estudo apercebe-se da cidade de diversas maneiras: por corresponder a um modo particular de ocupação do solo; por se reunir num espaço mais ou menos vasto, mas, no entanto muito denso, grupos de indivíduos que aí vivem e produzem; a cidade pode ser dinâmica e próspera ou degradada e quase moribunda; é o nó de fluxos sucessivamente centrípetos ou centrífugos, de toda a natureza; em diversos graus e sobre várias formas, a cidade é o elemento fundamental da organização do espaço (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p.7).

É importante considerar que a cidade é um local de concentração de pessoas, de necessidades, de possibilidades de todas as espécies (trabalho, informação, meios de produção...) apresentando sempre com uma capacidade de organização e transmissão, sendo também considerada ao mesmo tempo sujeito e objeto (BEAUJEU-GARNIER, 1997 p.37).

A partir deste ponto, observamos uma questão primordial para a apreensão do espaço urbano, a localização do indivíduo e sua acessibilidade ao centro de bens e serviços da cidade. Sendo neste *lócus* que ocorre a disputa entre as classes sociais, a disputa pelas melhores localizações.

Milton Santos nos mostra a importância da localização no espaço intra-urbano:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1987 p.81).

A melhor localização, geralmente é aquela que possui as melhores amenidades e uma boa acessibilidade ao centro de bens e serviços. Essa acessibilidade é fruto de um trabalho socialmente produzido. Todos os terrenos têm graus de acessibilidade diferentes entre si, então há uma disputa pelas melhores localizações. Geralmente nas cidades brasileiras os terrenos mais caros se localizam próximo ao centro ou com um acesso direto a ele, como por exemplo, ligações através de avenidas. Mas esta não é uma realidade que cabe à todos, de modo que a cidade torna-se um espaço que favorece à segregação, gerando exclusão e fragmentação num processo de desenvolvimento geográfico desigual. Afinal, afirma Lefebvre: “Social e politicamente, as estratégias de classe (inconscientes ou conscientes) visam à segregação” (LEFEBVRE, 1969, p.90).

Segundo Smith (1988, p.33), o desenvolvimento desigual é o produto do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível nos espaços que se utilizam do sistema do capitalismo, tal como a diferença entre os espaços mais ou menos desenvolvidos, (esse padrão pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço.

Embora o autor esteja se referindo a uma escala global, isto também se aplica visivelmente à paisagem urbana da cidade, na medida em que seu processo de desenvolvimento se estrutura de forma desigual.

Cada sociedade acaba produzindo seu espaço e as forças produtivas não conduzem somente à produção de coisas, mas àquilo que contém as coisas, quer dizer o espaço (LEFEBVRE, 1975, 1976, 1977).

Portanto, este espaço é, simultaneamente, extensão e volume, distância e relação, realidade concreta e estrutura invisível. Esses diversos elementos que compõem a existência comum do espaço levam os homens a inscreverem-se no espaço; deixam aí suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade (SANTOS, 2002).

Uma vez que a vida na cidade é orientada por um processo de produção que se completa com as relações de mercado, sustentado na prática do consumo, ocupar um lugar no espaço urbano (considerando-se que, certamente como tudo, esse lugar já possui um sentido e significado), consiste em participar do consumo.

Por trás de todos os sentidos e significados, dos signos e símbolos, da política e da religião, da construção de um palácio e de um casebre, está o fator consumo. Na cidade consome-se de tudo: mão-de-obra, alimentos, ícones, idéias, espaço. Por isso, ela se afirma como [...] “um lugar de consumo, e um consumo de lugar”. Carlos (1994, p. 79) traduziu isto afirmando que “o mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar”. Ao analisar o processo de desenvolvimento do espaço, esta autora entendeu que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados.

Portanto, a cidade aparece como mercadoria apropriada diferentemente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o *locus* privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes. A disposição espacial das pessoas na cidade obedece à determinação de classes, de forma que os lugares ordenam-se representando em forma e conteúdo a situação sócio-econômica dos grupos que os ocupam.

Destarte, a análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital e da realização da vida humana.

Com isso, o homem se apropria do espaço. Nesse sentido, o espaço contempla dupla dimensão: de um lado é localização; de outro, encerra, em sua natureza, um conteúdo social, dado pelas relações sociais que se realizam em um espaço-tempo determinado. É dessa forma que se

desloca o enfoque da localização das atividades no espaço para a análise do conteúdo da prática socioespacial, movimento de produção/apropriação/reprodução.

Portanto, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reprodução das relações sociais *lato sensu*, em determinado espaço e tempo. E Carlos (2001) diz ainda que nesse sentido o ato de produzir a vida é também um ato de produzir a produção do espaço urbano.

3.1- A PRODUÇÃO E OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO

Carlos (2001) nos apresenta a noção de produção do espaço da obra de Marx e de Lefebvre em uma dimensão filosófica. Esse pensamento não concebe apenas a produção material, mas também o conjunto dos processos e relações sociais. Isto é, produção/reprodução das relações sociais em todas as suas dimensões. A autora inclui ainda as possibilidades como sendo constitutivas do ser humano. Colocando assim, a realização de um pensamento de que a noção de produção se remete a “produção do próprio homem”.

Destarte, a noção de produção do espaço traz implícita a idéia de atividade como ação transformadora da sociedade, modificando a natureza e impondo uma dinâmica que é, em essência, social e histórica.

Visto isso, o solo pode ser consumido em atividades produtivas ou para a habitação. Mas pode também ser direcionado, especificamente, por lapso de tempo, para a especulação. Para este solo ser consumido, ele deve ser produzido para que possa aparecer no mercado como mercadoria.

Sposito (1990) nos apresenta que o mercado é importante porque condiciona (pela oferta e pela demanda) as razões da apropriação dos lotes urbanos por parte de consumidores e investidores, porque não existe a capacidade de cada um destes produzir individualmente o solo.

Dentre os investidores e, conseqüentemente, os produtores do espaço urbano, podemos mencionar os promotores imobiliários que planejam, monopolizam e criam o espaço urbano das cidades, na medida em que orientam o tipo de classes que ocupará uma ou outra parcela do espaço.

Destarte, o espaço se apresenta como um produto social em constante processo de reprodução que se dá mediante a reprodução das relações sociais, via divisão social do trabalho (CORREA, 1989).

Essa organização espacial da cidade capitalista se dá pelo conjunto de diferentes usos da terra; e se tratando de um produto social, entram em cena, vários agentes que de maneira complexa e distintas vão provocando constantemente um processo de reorganização espacial.

O espaço urbano capitalista - é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas no tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato (CORREA, 2002, p.11).

Deste modo, Correa (2002) nos faz entender como se processa a produção da cidade e como ela é produzida e também quais são os agentes encontrados. O autor apresenta esse espaço como um elemento fragmentado, através de diferentes formas de usos que ao mesmo tempo deve ser empreendido de maneira articulada, mantendo cada uma das partes relações diversas umas com as outras.

Estas relações devem ser caracterizadas não apenas de formas visíveis como os meios de transporte, seus deslocamentos etc, mas sim, ocorre de um modo menos visível como por exemplo, circulações de decisões, investimentos de capital, mais-valia, salários e juros afirma Correa (2002, p.17).

E não distante dessa discussão temos uma outra situação que é o espaço da cidade capitalista como reflexo social. Este é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, levando assim a refletir a complexa estrutura social em classes. Dizendo isso, Correa (2002) ainda nos apresenta que o espaço urbano sendo ele reflexo social e fragmentado, ele passa a ser profundamente desigual, e com isso o condicionamento social presente neste espaço é visível. Tendo as formas espaciais papel importante na reprodução das condições de produção e destas relações de produção.

Desta forma, observando que o espaço urbano capitalista é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas, entendemos que ele deve ser empreendido como um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Estes agentes sociais são concretos e suas ações são complexas, sendo estas ações derivadas da dinâmica de acumulação de capital, e das necessidades multáveis da reprodução das relações de produção (CORREA, 2002, p.25).

O processo de produção e reprodução espacial na cidade se realiza na articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço), o econômico (que produz o espaço como condição e produto da acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática socioespacial como plano da reprodução da vida). A articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, que organiza as relações sociais (e de produção) por meio da reprodução do espaço.

O modo de produção capitalista se reproduz superando as barreiras ao seu desenvolvimento, resolvendo impasses e, nesse processo, o Estado aparece como instituição capaz de criar mecanismos que permitam resolver as contradições à realização da acumulação. Em seu contínuo processo de reprodução, o capital se depara com contradições que emergem da produção do espaço, associada aos obstáculos criados pela existência da propriedade privada do solo urbano, na medida em que aparece como barreira à concretização da reprodução ampliada – nesse caso só o Estado pode, com suas estratégias, agir no sentido de eliminar ou atenuar as barreiras ao desenvolvimento da reprodução do capital. Aqui, os promotores imobiliários ganham importância, pois com sua ação, junto ao Estado criam concretamente, formas capazes de permitir a continuidade do processo.

O que ocorre é que a terra (solo) se reproduz no capitalismo como mercadoria que se generaliza. Nessa condição, ele é fragmentado e comercializado em parcelas no mercado, um processo que se apóia em uma relação de troca baseada no uso, mas que tem como condição a existência da propriedade privada do solo urbano. O solo vai-se subdividindo até a pulverização em pequenas propriedades o que, se em um primeiro momento aparece como condição necessária à reprodução, em outro momento pode ser uma barreira à acumulação.

A gestão política impõe ao espaço uma racionalidade que se quer homogênea e que por meio de grandes investimentos muda superfícies imensas, passíveis de serem modificadas apenas pela interferência do Estado. O capital produz o espaço como condição (e produto) de sua reprodução; o Estado intervém por mecanismos de gestão que criam o espaço como meio de dominação e o setor financeiro utiliza-se da produção do espaço como meio de investimento para possíveis áreas de especulação imobiliária.

Conflituosamente há os interesses do cidadão que vêem a cidade como condição da reprodução da vida. Nesse sentido os interesses em jogo entram em conflito no plano da prática socioespacial, apontando o choque entre o espaço que é produzido como valor de troca e o produzido como valor de uso; entre a dominação da troca e os modos de apropriação pelo uso. Com isso, o espaço se reproduz como condição/produto da reprodução do capital e ao mesmo tempo como instrumento político vinculado ao Estado.

No entanto, observamos nas atuais circunstâncias que a atuação dos diversos grupos produtores do espaço urbano (CORREA, 2002, p.35) denotam a primazia pela produção de uma cidade enquanto mercadoria (CARLOS, 2001, p. 101) e funcional do ponto de vista socioeconômico, conseqüentemente, contraditório no que tange à realização do “direito à cidade”(LEFEBVRE, 1991, p. 178).

Por outro lado, observamos em curso a predominância da cidade como condição de reprodução do capital e dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana (CARLOS, 2004). Em função das necessidades da reprodução e acumulação capitalista, presenciamos uma relação desigual e combinada de contraposição entre o público e o privado na cidade. Entre interesses sociais de cunho coletivo e interesses econômicos de natureza individual e privada, prevalece o último.

Na produção do espaço urbano e na circulação da mercadoria “moradia”, estão envolvidos vários agentes, como o proprietário fundiário, o capital construtor, o incorporador, os agentes financeiros, os investidores finais, enfim, cada qual envolvido em circuitos específicos de valorização.

O ramo da incorporação imobiliária é o elemento central nos processos que envolvem a produção e a circulação, uma vez que comanda as decisões que permitem a transformação do

capital-dinheiro em terreno e posteriormente em mercadoria-moradia que, após circular, converte-se novamente em capital-dinheiro.

Nos processos que envolvem a geração da renda fundiária urbana, as condições de valorização dos capitais via uso do solo urbano ocorrem de forma particular, segundo o ramo de atividade. Assim, para o capital industrial, comercial e financeiro, a terra urbana tem por papel oferecer o acesso aos chamados efeitos úteis de aglomeração como meio de viabilizar a geração dos sobrelucros. De fato, podemos dizer que o espaço urbano é a materialização do sistema capitalista, onde a sua produção, assim como a sua transformação, resultam da circulação do capital no seu ciclo de reprodução.

Para os capitais vinculados ao ramo imobiliário, a localização é mais decisiva como fator de definição dos preços do que no nível da definição dos custos de produção. A perseguição dos atributos locacionais assume grande importância à medida que exerce significativa influência como fator de diferenciação do valor de uso das mercadorias produzidas.

Rangel (2005, p. 256) trata da questão dessa produção imobiliária para fins de construção, intervindo no mercado para compor a demanda total, uma demanda especulativa que em última instância é o que determina o comportamento do preço da terra. Em outras palavras, este é, antes de mais nada, um problema financeiro, sensível as mudanças observadas no campo financeiro (RANGEL, 2005, p. 257).

Ainda que não se constitua num bem produzido, ou seja, não submetido à lei do valor, a terra urbana adquire um preço. De acordo com Ribeiro (2003) à medida que não é um bem produzido, o preço da terra urbana não pode ser regulado pela lei da oferta, já que não há lei para esta regulação. Nesse sentido, o preço que a terra urbana adquire decorre da procura ou da demanda capitalista pelo solo. É justamente a demanda variada por solo, como forma de valorização do capital, que determina uma hierarquia de preços fundiários.

Em geral a terra tornou-se caríssima no Brasil, afirma Rangel (2005, p. 273). E tal resposta a esta valorização está vinculada à demanda para cultivo ou construção. Em outras palavras, a questão da terra no Brasil, nesse momento, emergiu essencialmente como uma questão financeira. Com isso, Rangel (2005, p. 146) aborda que [...] a terra não se redistribui, subdivide-se, porque se tornou proibitivamente cara, e é cara não apenas por motivos

convencionais – capitalização da renda diferencial I, da renda diferencial II e da renda absoluta – mais sim pelo que propus (o autor) de quarta renda, isto é, a de expectativa de valorização.

Sendo assim, a formação dos preços da terra – bem como sua influência sobre a configuração e a ocupação do espaço das cidades – resultaria da disputa dos agentes econômicos pelo controle das condições que permitem o surgimento dos sobrelucros relacionados aos atributos locais do espaço urbano.

Em linha semelhante de raciocínio, Harvey (1980) afirma que os agentes capitalistas atuantes no espaço urbano dispõem a pagar um preço maior (ágio) pelo terreno em função de suas condições excepcionais de acessibilidade. Trata-se, de um caso indireto de renda monopolista, uma vez que o que está em questão não é a comercialização da terra propriamente dita, “[...] mas a mercadoria ou o serviço produzido por meio de seu uso” (HARVEY, 1980, p. 222).

A origem da renda auferida pelos agentes econômicos relaciona-se ao acesso diferencial que a localização dos terrenos urbanos propicia, permitindo acionar o uso dos chamados valores de uso complexos, representados pela cidade e em grande parte, produzidos pelo Estado.

Trava-se, portanto, uma disputa dos agentes capitalistas pelos terrenos localizados em áreas dotadas de maior quantidade de trabalho incorporado e materializado, por exemplo, nas obras de infraestrutura. A decisão de localizar determinado empreendimento implica em “internalizar” os efeitos úteis de aglomeração, objetivo dos agentes econômicos. Nas palavras de Ribeiro (2003, p. 45) “[...] o sentido econômico desta decisão é a busca de controle de certas condições da produção não-reprodutíveis, portanto, monopolizáveis, geradoras de sobrelucros de localização.

A dinâmica da produção do espaço urbano no Brasil realimenta um permanente processo de exclusão e segregação e, de forma secundária, de exploração da força de trabalho – como no tempo destinado à produção da própria casa, o que reforça a convicção do papel que deve ser exercido pelo Estado no sentido da ampliação das oportunidades de acesso aos benefícios urbanos e promoção da justiça social.

4- O LAGO IGAPÓ NA CIDADE DE LONDRINA-PR

O Lago Igapó foi inaugurado como atividade comemorativa ao Jubileu de Prata da cidade de Londrina, em 10 de Dezembro de 1959, obra realizada pelo prefeito Antonio Fernandes Sobrinho. Logo depois da construção da barragem do lago, o espaço em questão sofreu um processo de desvalorização. O lago e toda a área de seu entorno ficaram literalmente “as moscas” até que o prefeito Dalton Paranaguá (1969 a 1973) desenvolveu um projeto de revitalização.

Asari e Tuma (1978) apresentam que, desde sua inauguração, o lago permanecia bastante descuidado e com pouco uso público efetivo. Tanto assim que nas suas margens havia a presença de curtumes, passagens de caminhões pesados e contaminação da agricultura. Isso significava que o empreendimento, implantado em uma área distante da então malha urbana efetivamente ocupada ficou relativamente abandonado, pois faltava infra-estrutura e as condições gerais para a população não eram satisfatórias.

Outro elemento importante para compreender o descuido pelas áreas do lago, após alguns anos de sua inauguração, era a presença, em seu entorno, de um depósito de lixo onde, hoje, se encontra o atual Conjunto Jerumenha.

O Lago Igapó, que em sua inauguração foi considerado o sonho e o presente do Jubileu de Prata do município, se encontrou abandonado desde sua inauguração, na década de 1960, até meados de 1970.

No decorrer dos anos de 1960 e findar de 1970, a prefeitura começou a dotar a área do lago com inúmeras infra-estruturas que buscavam, por meio da prática do lazer, utilizar sua área. Desta forma, iniciaram-se as ocupações e, também, formas de chamar a atenção da população da cidade.

O projeto de urbanização do lago nos anos de 1970 visou, naquele momento, melhorar a saúde da população e a qualidade de vida por meio do lazer. Era mister eliminar os focos de contaminação e de poluição que se localizavam nas favelas e fundos de vale, sempre encharcados. O plano incluía o saneamento dos locais que serviam de criadouros de mosquitos e caramujos. Tal projeto fora realizado por Roberto Burle Marx, que previa uma “revolução urbana”. O paisagista queria produzir muito mais que um cartão postal como o Lago Igapó, como é visto nos dias atuais.

O jornalista Marcelo Frazão do “Jornal de Londrina” em sua reportagem de julho de 2009 apresentou o fato de que, naquele momento, mesmo com a necessidade ainda muito grande de uma melhor urbanização e provimento de infraestrutura na área do Lago Igapó, as pessoas freqüentavam o ambiente nos fim de semana. Acrescentou ainda

[...] carros, filas, e até estacionamento já se encontravam lotados e isso se tornava costumeiro. Uns correm logo para a água (poluída), outros preferem esperar a sombra das árvores, chupando sorvete ou andavam de pedalinho. (FRAZÃO, 2009, p. sn)

O paisagista Roberto Burle Marx, em visita a Londrina e nas margens do Lago, dissera “Isso aqui é muito bonito”, e sua permanência na cidade, que foi de apenas uma semana, deixou marcas expressivas. Burle Marx já pensara em inúmeras idéias para valorizar tal área da cidade e deixou claro que uma das principais preocupações do paisagista era de formatar espaços que possuísem não apenas belos jardins, mas um ambiente que fosse projetado para crianças, jovens e adultos, pensado e desenhado para cada setor da sociedade londrinense.

Mas com o passar dos anos ficou evidente que a maior parte das obras propostas no projeto elaborado na década de 1970 por Burle Marx não saíram do papel, embora o espaço do lago foi ganhando, aos poucos, áreas que o caracterizavam como um lugar de uso público e práticas esportivas e de lazer para a população de Londrina.

Com isso, observa-se que o Lago Igapó nunca tinha concentrado tantas pessoas anteriormente como na entrega das obras de saneamento e urbanização. A população da cidade compareceu em peso para comemorar. Estavam presentes o Prefeito José Richa, o vice-prefeito Manoel Barros de Azevedo, secretários municipais, vereadores e representantes de diversas classes, além de autoridades estaduais e federais.

Deste modo, ao analisar esta área da cidade de Londrina, é possível compreender que a cidade é produzida e reproduzida através das ações de diferentes agentes que atuam no decorrer da história. Com isso, o espaço do Lago Igapó evoluiu, cresceu e se desenvolveu juntamente ao processo de expansão da malha urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1960 e 1970, se tornando um espaço pertencente ao tecido urbano de Londrina.

Luiz (1991, p. 27) afirma que entre as décadas de 1970 e 1980 ocorreu uma considerável expansão urbana na cidade, atingindo 57,9 km de área urbanizada aumentando, assim, 1,67 vezes

mais que a década anterior. A extensão do crescimento ocorreu nos sentidos leste-oeste com 11.000 metros e no sentido norte-sul com 13.500 metros. Tal crescimento, neste último sentido, se deu em maior extensão devido à construção dos “cinco conjuntos” habitacionais na Zona Norte da cidade de Londrina.

As primeiras áreas ocupadas na zona sul de Londrina foram o Parque Guanabara, em 1947, que antecede a construção do Lago Igapó, e do Iate Clube e o bairro São Jorge I, em 1953, e o Jardim Cláudia em 1963. Percebe-se, portanto, que nos anos após a inauguração do Lago Igapó e do Iate Clube, os loteamentos que foram sendo lançados tiveram grande importância na configuração atual destas áreas apresentando, com isso, a importância da ação dos agentes privados na ocupação do espaço, visto que o poder público local não estava muito presente nestas ações naquele período.

Com isso podemos observar que a cidade de Londrina cresceu de forma acelerada entre as décadas de 1950 e 1970. Tal crescimento não deve ser apenas compreendido como um crescimento demográfico, mas também sua expansão físico-territorial. Devemos, com isso, observar o processo de expansão de Londrina em direção as áreas do Lago Igapó.

4.1 O LAGO IGAPÓ E SUAS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO: ESTRATÉGIAS E OS NOVOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Oliveira (1986) afirma que, até o final da década de 1970, o extremo sul da cidade de Londrina possuía apenas alguns bairros que se apresentavam com ocupações definidas: o Ouro Branco, o Parque das Indústrias e o Jardim Piza.

Mas, com a crescente expansão da malha urbana de Londrina, não demorou muito para que ocorresse o alastramento de loteamentos imobiliários pelos vazios urbanos que não eram anteriormente ocupados devido à falta de acesso da malha viária e pelos obstáculos naturais que ali se apresentavam. Até o final da década de 1960 havia apenas um loteamento na zona sul da cidade, o “São Jorge” que para o momento tinha o formato de “chácaras para descanso”. (OLIVEIRA, 1986)

O autor ainda afirma diz que:

[...] após a década de 1970 até meados da década de 1980 verificou-se a instalação de 17 loteamentos: Colonial I, Nikko, Alcântara, Colonial II, Mediterrâneo, Tucano II, Itatiaia II, Acapulco, Del Rei, Bourbon, Esperança, Cristo Rei e Santos Paulo, e os Conjuntos Habitacionais, Conjuntos das Flores, Três Marcos e Residencial Igapó II, lançados pela Cohab-Ld – Companhia de habitação de Londrina, PML – Prefeitura Municipal de Londrina e Inocoop-Instituições de Orientação as cooperativas habitacionais do Paraná[...] (OLIVEIRA, 1986, p.25).

Dentre essas ocupações, os loteamentos São Jorge e Nikko eram os mais antigos e com as maiores taxas de ocupação, pois eram os mais próximos a malha urbana naquela época. Apenas cinco dos loteamentos existentes naquele período possuíam mais de cinco edificações, podendo-se verificar que apenas três loteamentos apresentavam mais de 10% de seus lotes com edificação.

A partir de 1970 até os anos de 1985, a área urbana da cidade de Londrina mais que duplicou, porém, sem haver a necessidade de uma ocupação de todos os lotes; apenas ocorreu a expansão da área física motivada, principalmente, pelo lançamento de novos loteamentos caracterizando, assim, uma intensa especulação de terras.

Em estudo realizado por Nakagawara e Ziober (1984) referente aos índices de ocupação das áreas da zona sul da cidade de Londrina constatou que cerca de 84% da oferta de lotes no período da década de 1970 até meados da de 1980 eram representados por lotes sem nenhuma ocupação.

Singer (1982, p.29) aborda que, sendo a cidade uma imensa concentração de gente exercendo as mais diferentes atividades, é lógico que o solo urbano seja disputado por inúmeras formas de uso. Tais disputas se pautam em regras do jogo do capitalismo, que se fundamenta na propriedade privada do solo, a qual por isso e só por isso proporciona renda e em consequência, é assemelhada ao capital.

Fresca (2002, p. 245) observou que entre os anos de 1970 e 1980 foram entregues à população mais de 32 conjuntos habitacionais em toda a cidade de Londrina, sendo isso como uma estratégia do poder público local para resolver o problema da habitação e da moradia mediante a construção e entrega dos mesmos. Até certo momento a COHAB-Ld e a INOCOOP construíram conjuntos habitacionais menores, afirma Fresca (2002), ocupando espaços na malha urbana da cidade. Mas a partir dos anos de 1980, segundo a autora:

Deram início a construções de núcleos maiores na cidade de Londrina, iniciando pelo Milton Gavetti, com 740 casas e sucessivamente vieram o Parigot de Souza I e II com 1.170 unidades; João Paz com 814, Semíramis Bairros Braga com 817; Aquiles Stenghel, Vivi Xavier e Luz de Sá com 1000 unidades habitacionais cada um, todos estes localizados na zona norte da malha urbana. (FRESCA, 2002, p. 248)

Nos anos de 1980, analisando a expansão urbana de Londrina, observa-se que tal expansão continua ganhando números, sejam eles qualitativos ou quantitativos.

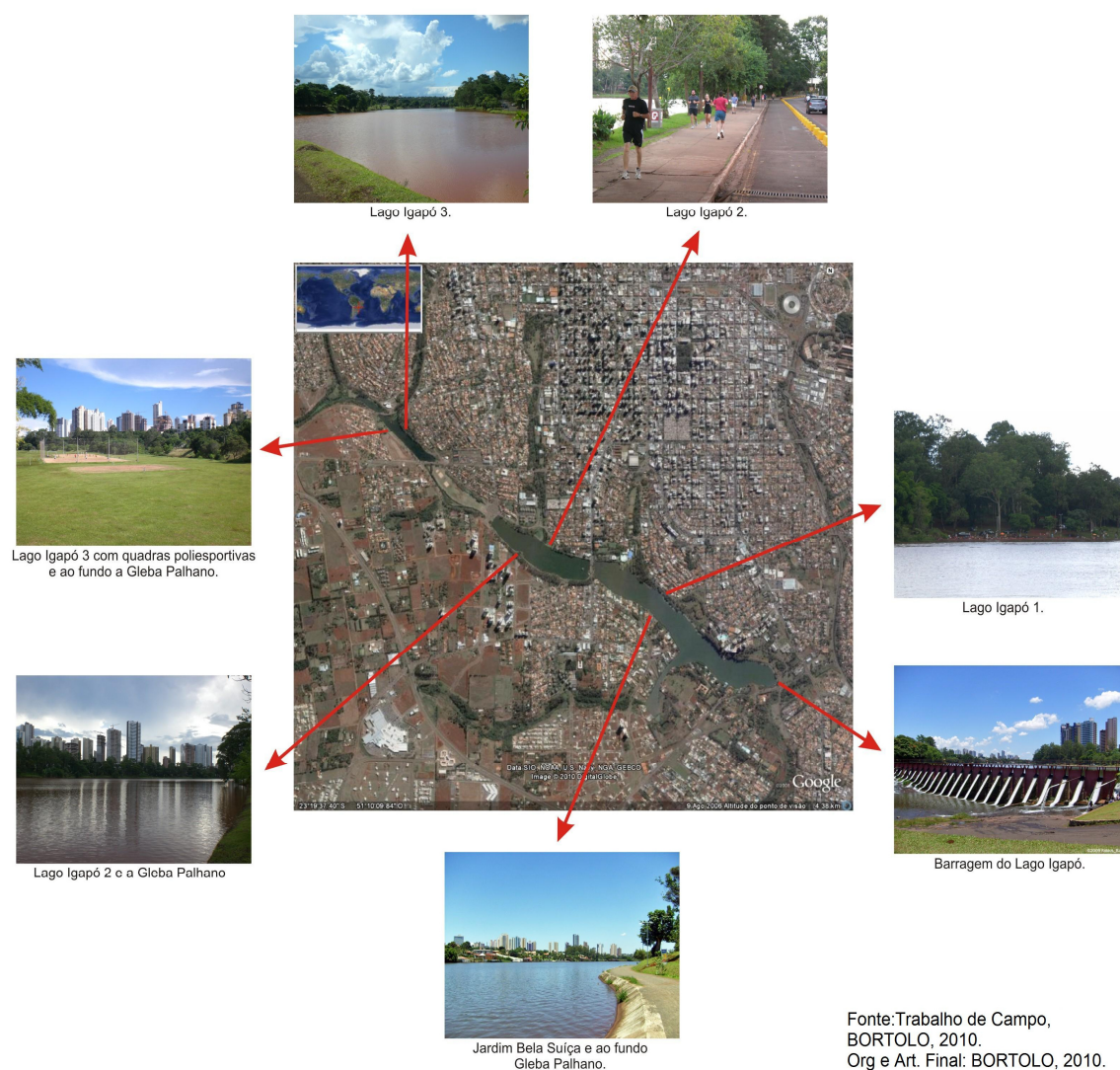
Apresentando um crescimento demográfico acelerado devido o resultado da continuidade do processo migratório imposto pelas mudanças e transformações na estrutura econômica de produção, foi naquele período que começou a ficar mais claro a crescente urbanização em direção ao Lago Igapó, com a evolução no processo de expansão urbana principalmente na vertente sul, podendo-se dizer que até por completo, restando à vertente nordeste vários lotes de terras, mesmo já com o traçado das ruas bem definidos (LUIZ, 1991, p. 29).

Desta forma, em meados dos anos de 1980 o Lago Igapó foi se tornando, aos poucos, um espaço público de lazer mais visitado e melhor visto. Uma entrevista publicada no Jornal Folha de Londrina no ano de 1984 mostrou que tal espaço, com incentivos da prefeitura, do Iate Clube e de empresários locais, implementou atividades para atrair a população até suas margens. Na entrevista, o jornal citou que, apesar do Lago ainda não estar totalmente despoluído, o mesmo ainda era considerado como a melhor opção de lazer para a população Londrinense, realizando atividades como competição de caiaques patrocinados por uma empresa que vendia instrumentos esportivos (Hermes Macedo) e que fazia uma exposição náutica no espaço do Iate Clube (FOLHA DE LONDRINA, 1984).

Deste modo, o espaço do Lago Igapó, em meados dos anos de 1980 e 1990, passou a ser mais freqüentado com uma população atraída devido os eventos promovidos. Alterações e implantações nas vias de acesso e melhorias na infra-estrutura da área são apontadas como os principais motivos para que tal área se tornasse atrativa e deixasse de ser vislumbrada como uma área abandonada.

Colaborando com a valorização da área de entorno do lago, em 22 de Novembro de 1990 foi inaugurado o *Catuaí Shopping Center*, às margens da BR-369 em Londrina, de responsabilidade da Construtora Khouri e do grupo J. Alves Veríssimo.

Observando alguns anos anteriores a construção do Catuaí Shopping Center, enquanto ele era planejado, havia uma forte verticalização em andamento, assumindo grande dimensão e atuando diretamente na transformação do espaço urbano londrinense. Observe na figura abaixo o Lago Igapó e seu entorno com a presença de inúmeras práticas estabelecidas pela população londrinense.



Fonte: Trabalho de Campo,
BORTOLO, 2010.
Org e Art. Final: BORTOLO, 2010.

Figura 1: O Lago Igapó em Londrina-PR

Esse processo, para Fresca (2002, p. 248), não era mais visto apenas como símbolo de modernidade, mas como “área de investimentos na qual a reprodução do capital estava bastante viável. Favorecidos pelas alterações econômicas em nível nacional, representadas pelos sucessivos planos econômicos, a construção civil teve momentos favoráveis à acumulação capitalista”.

Simultaneamente,

[...] a atuação dos promotores imobiliários criou bairros residenciais verticalizados para a classe alta nas proximidades da área central – no quadrilátero formado pela Avenida Higienópolis, Rua Goiás, Rua Paranaguá e Rua Belo Horizonte – onde, no final do período em tela e início dos anos 1990, encontrava-se o preço mais elevado por m² da cidade. A verticalização foi, sem dúvida, a face indelével da produção do espaço urbano na década de 1980. (FRESCA, 2002, p.249).

Outra área preferencial de atuação na década de 1990 para construção de edifícios de elevadíssimo *status* social foram os vazios urbanos presentes na margem esquerda do Lago Igapó I, nas proximidades do Centro Administrativo – prefeitura, fórum e câmara municipal. (FRESCA, 2002, p.262).

No que diz respeito ao Catuaí Shopping Center, FRESCA (2002) considera que:

[...] a escolha do local para implantação do mesmo, seguiu critérios bastante conhecidos como estar relativamente afastado da área de maior densidade de ocupação urbana – recaindo a escolha na porção sudoeste onde o terreno adquirido constituía-se, à época, em área de uso rural –, estar junto às principais vias de circulação tanto local como regional – às margens da PR 445, que faz a ligação com o sul do Estado e de fácil acesso à BR 369, que liga quase todo o norte do Paraná com o Estado de São Paulo. Como elementos atrativos, ainda, para a localização do *shopping center*, tem-se nas proximidades do mesmo, o Campus da Universidade Estadual de Londrina – UEL – e o Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR – que congregam elevado número de pessoas com deslocamento facilitado para este empreendimento. (FRESCA, 2002, p. 257)

A implantação deste *shopping* acabou por se tornar um fator atrativo à expansão da área urbana na porção sudoeste da cidade, implicando em forte valorização das terras de seu entorno,

as quais foram, em grande parte, adquiridas por construtoras, loteadoras etc. no momento anterior e ao longo da construção do mesmo, retratando mais uma vez a especulação imobiliária.

Assim, ocorreu uma forte alteração nos níveis de expansão e crescimento para determinados setores da cidade de Londrina. Atualmente a cidade consiste em um espaço dinâmico, resultante da atuação constante dos agentes produtores do espaço urbano, sendo este um local que possibilita a maximização da reprodução capitalista.

Com isso, tal empreendimento fica caracterizado como uma nova centralidade da cidade e passa a concorrer com os demais subcentros que surgem na cidade com o crescimento e sua expansão da malha urbana de Londrina.

Outro elemento importante para falar sobre os empreendimentos construídos nesta área da cidade é o apelo à natureza utilizado pelas construtoras, pois todas utilizaram da visão do Lago Igapó como espaço natural e de lazer, uma amenidade presente nas proximidades dos edifícios. A natureza, neste caso, se encontra “mediatizada”, pois serve como um elemento a mais para se comercializar tais empreendimentos e chamar a atenção do mercado consumidor.

Um elemento que também deve ser lembrado é a procura por residências que apresentem homogeneidade social, haja visto a grande procura de se morar em condomínios. E tal processo não é exclusivo apenas em condomínios verticais, mas ocorre também nos condomínios horizontais ou loteamentos fechados.

Desta forma, dentre todos estes elementos que foram apresentados, podemos compreender um pouco melhor o direcionamento da expansão físico-territorial da cidade de Londrina no sentido sudoeste da cidade e, com isso, aclarar as principais idéias acerca do mercado imobiliário para comercialização e a produção dessa área na cidade juntamente do espaço do Lago Igapó como uma amenidade a cidade de Londrina

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscamos discutir a relação do espaço e seu desdobramento acerca de análises geográficas para maior compreensão como um espaço localizável na superfície da terra. Com isso deve-se, necessariamente, pensar o espaço geográfico como uma categoria de

suma importância para o entendimento da Geografia e interpretá-lo como [...] resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem papel essencial. Nesse percurso temos um espaço concreto e não em um espaço ideológico que oculte a realidade e esteja somente a serviço do capital (SANTOS, 1990, p.88).

Uma vez que a vida na cidade é orientada por um processo de produção que se completa com as relações de mercado e sustentado na prática do consumo, ocupar um lugar no espaço urbano (considerando-se que, certamente como tudo, esse lugar já possui um sentido e significado), consiste em participar também do consumo.

Destarte, a análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade em momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital e o da realização da vida humana.

Buscamos também corroborar para a compreensão dos principais agentes de produção do espaço das cidades. As inúmeras transformações ocorridas em razão de determinações de ordem socioeconômica, ambiental, estética e lazer, entre outras, evidenciando ações dos promotores imobiliários, dos proprietários fundiários, dos incorporadores, etc., estes que planejam, monopolizam e criam o espaço urbano das cidades na medida em que orientam o tipo de classes que ocupará uma ou outra parcela do espaço.

Assim, analisar o Lago Igapó na cidade de Londrina-PR e suas diferentes formas de apropriação de seu entorno pelos diversos empreendimentos imobiliários que surgiram no decorrer do crescimento físico-territorial da cidade de Londrina desde os anos 1950 até os dias atuais.

Tais empreendimentos como *Shopping centers*, conjuntos habitacionais, loteamentos, e condomínios verticais são evidenciados pela “febre” do estilo de morar nas décadas de 1980 e 1990, assim como na chegada dos anos 2000 dos condomínios horizontais fechados na zona sul da cidade.

Visto isso, tais empreendimentos se utilizam da proximidade, da natureza e do belo propagado aos moradores de Londrina quando se fala do espaço do Lago Igapó. Desta forma, tal área da cidade evidencia um privilégio devido as inúmeras formas de produção e apropriação das áreas do lago em Londrina, produzido por algumas estratégias do mercado imobiliário.

REFERÊNCIAS

- ASARI, A.; TUMA, M. M. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina**. Documento consulta. Londrina: PML, 1978.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Ed Bertrand, 1997.
- CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1997.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: USP, 1994.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007 [2004]. p.123.
- CORRÊA, R. L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, M. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 25-34.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo, Ática: 1986.
- _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.
- DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- FRESCA, T. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 10, n.1, p. 27-34, 2001-2002.
- GEORGE, P. **Geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 291.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. **La survie du capitalisme : la re-production des rapports de production**. Paris: Anthropos, 1969. p.274.
- LUIZ, A. N. **A evolução urbana de Londrina-PR no período de 1957 a 1980 através de fotointerpretação**. 1991. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina.
- NAKAGAWARA, Y. ; ZIOBER, D. M. Questões e metodologia sobre o uso do solo urbano em Londrina. (1970-1981). In: **Encontro Nacional de Geógrafos, n.5. 1984 anais**. Porto Alegre- RS .

OLIVEIRA, J.R.A. **A ocupação do espaço urbano de Londrina na presença do Estado – o IAPAR e seu espaço criado.** 1986. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina.

RANGEL, I. **Obras reunidas 1914-1994.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIBEIRO, L.C.Q.; CARDOSO, A.L. Plano diretor de gestão democrática da cidade. In: RIBEIRO, L.C.Q.; CARDOSO, A.L. (Org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas de desafios do estatuto da cidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2002.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa - Omega, 1982. p. 21-36.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M.A.A. **A identidade na metrópole: a verticalização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SPOSITO, E.S. **A vida nas cidades.** São Paulo: Contexto, 1994.

(Recebido em Junho/2010. Aceito em Setembro/2010)